



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

HISTÓRIA E MEMÓRIA NA “CEFETIZAÇÃO”¹⁷⁶ DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA BAHIA: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Gilneide de Oliveira Padre Lima*
(UESB)

Sérgio Castanho**
(UESB)

RESUMO

Este texto tem o objetivo de apresentar discussões pontuais sobre a relação entre história e memória alçadas pelos autores Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Jaques Le Goff, buscando articular a base teórica conceitual aportada por eles à pesquisa que está em andamento intitulada O processo de transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia: um olhar através da memória, que pretende trazer à tona uma face ainda desconhecida da história dessa Instituição Escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Memória coletiva; Cefetização. História e memória.

INTRODUÇÃO

Após completar cem anos de Educação Profissional, em 2009, as primeiras escolas da rede federal brasileira passaram por várias reformulações na sua estrutura: de Escola de Aprendizes e Artífices a Escolas Técnicas, daí a Centros Federais de Educação Tecnológica e, mais recentemente, a Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Cada uma dessas modificações visaram responder

¹⁷⁶ Processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica.

* Mestranda do Programa de Pós - Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB Campus Vitória da Conquista. Participante dos grupos de Pesquisa História, Trabalho e Educação e Memória Geracional, Políticas Educacionais e Trajetórias Sociais ambos do Museu Pedagógico-UESB. Professora do Instituto Federal Ciência e Tecnologia da Bahia – *Campus* de Vitória da Conquista. E-mail: gilneidepadre@hotmail.com.

** Doutor em Educação pela UNICAMP, Professor Colaborador da Faculdade de Educação da UNICAMP, pesquisador visitante da UESB, titular da Academia Campinense de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Campinas, SP.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

a demandas e interesses próprios de seu tempo. Contudo, interessa-nos, neste trabalho, o estudo da transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica¹⁷⁷, particularmente a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia. Com base na análise das memórias dos gestores, professores, alunos e técnico-administrativos da Escola Técnica Federal da Bahia - ETFBA sobre o seu processo de transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA, pretendemos chegar a uma compreensão ampliada de como esse processo foi construído, realizado, estruturado e, por fim, consolidado.

O trabalho proposto está inserido na interseção entre a Memória e a História da Educação e pretende oferecer um novo olhar sobre o processo de “cefetização” da Escola Técnica Federal da Bahia- ETFBA, um olhar que privilegia as memórias dos seus principais atores: homens e mulheres, trabalhadores e estudantes que vivenciaram e construíram esse processo.

A historiografia da Educação registra essa transformação, porém, percebemos que existem lacunas a ser preenchidas. Acreditamos que seja necessário problematizar esse momento histórico concreto vivenciado por toda a comunidade institucional. Diante disso, algumas indagações são pertinentes, tais como: Por que se tornar CEFET-BA? Que implicações estariam por detrás dessa “transformação”? Quais as vantagens e desvantagens, conflitos, impasses, dificuldades, contradições, forças de resistência e desafios contidos nesse contexto? Quais as forças propulsoras, possibilidades e expectativas aí presentes?

O processo de transformação da ETFBA em CEFET-BA contou com a incorporação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC) à estrutura da Instituição. Devido a esse fato, outras indagações se impõem: Como se deu a “incorporação” do CENTEC? E o que isto significou? E ainda, como ficou a dotação

¹⁷⁷ O processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, se dá, basicamente, em dois momentos: na década de 1970, quando são transformadas as escolas do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro; e na década de 1990 quando são transformadas as demais escolas da rede federal de educação tecnológica, entre elas a Escola técnica Federal da Bahia.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

orçamentária para essa nova instituição *multi-campi*? Como ficaria a distribuição dos recursos financeiros a partir desse momento?

Esses questionamentos sobre o que estaria subjacente ao processo de “cefetização” da Escola Técnica Federal da Bahia norteiam o trabalho proposto e sobre os quais pretendemos revelar uma nova face na história desse processo, desnudando uma história que privilegia o olhar dos seus principais atores: gestores, professores, técnico-administrativos e alunos da Instituição; fornecendo elementos até agora ignorados, silenciados ou esquecidos pela história oficial. Interessa-nos o olhar dos sujeitos que vivenciaram essa realidade histórica concreta, as suas impressões, as suas contradições, e porque não dizer, os seus esquecimentos e silêncios que também são reveladores.

Estudar o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica enquanto uma política educacional pressupõe a sua articulação com outros processos mais amplos vivenciados por toda a sociedade brasileira. Claro está que há relações específicas que produzem essas reformas respondendo, sempre, a certa articulação social. No caso da reforma estudada neste trabalho, que se deu na década de 1990, fica evidente a utilização das escolas que compõem a rede federal para qualificar mão-de-obra a fim de atender a uma demanda gerada pelas indústrias internacionais que se instalavam no país, favorecendo a inserção da economia brasileira na esfera de controle do capital internacional.

Lima Filho (2002 p. 19) assegura que “as reformas educativas expressam projetos políticos e constituem, por excelência, um *locus* de disputa de poder”. Em razão disso, essas reformas só podem ser entendidas dentro do contexto mais amplo de um sistema social. Uma reforma educativa traz consigo objetivos manifestos presentes em projetos, ações ou metas educacionais, mas também existem nela objetivos não manifestos sempre vinculados à legitimação de uma determinada ordem e à regulação de poder social.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Desvendar esses objetivos não manifestos é uma tarefa dessa pesquisa que, apoiando-se nos estudos da história e da memória buscará respostas a essas questões. Entretanto, estamos convictos de que abordar questões relacionadas ao dueto história e memória não é uma tarefa fácil. Isso porque, a nosso ver, embora memória e história estejam profundamente imbricadas, não é a mesma coisa, elas operam de modo diferente, posto que se trata de uma relação bastante conflituosa a qual divide opiniões entre os estudiosos da temática. Por isso, compreendemos que seja necessário esboçar, nesse texto, alguns posicionamentos teóricos de importantes estudiosos que se debruçaram sobre o tema da memória, a saber: Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Jaques Le Goff.

Para definir história, nos apoiaremos nas palavras de Marc Bloch (s/d, p. 29) que proclama a história como “a ciência dos homens” e acrescenta “dos homens no tempo” e nas de Sérgio Castanho (2010, p. 4) quando afirma que “a história é a ciência do movimento, ou da mudança, das sociedades humanas, sendo ao mesmo tempo esse movimento, ou essa mudança das humanas sociedades”. Em outra passagem o autor observa que (p. 4): “A história é tão ampla e envolvente que é, a um só tempo, um saber e o objeto desse saber. É a trama da existência humana, o que aconteceu, acontece e está por acontecer com os homens em sociedade”.

Desse modo, a história se constitui num campo de conhecimento que busca a compreensão das ações do homem no tempo e no espaço e para isso se vale de fontes e de indícios que, mediados por um referencial teórico-metodológico próprio, auxiliarão essa construção. Porém, essas fontes e indícios não falam por si só e deixam grandes lacunas a serem preenchidas pelo pesquisador. É o pesquisador com os seus problemas e hipóteses que, apoiando-se nessas fontes e indícios rigorosamente criticados, constrói a historiografia.

A memória é como um poderoso instrumento de construção da História, como “o principal nutriente da História” (CASTANHO, 2010, p. 53). É a memória



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

que se constitui enquanto conteúdo da História, de uma história contra-hegemônica que não se restringe apenas ao registro dos documentos oficiais, mas também nas vivências concretas de homens e mulheres que constroem e vivenciam as contradições próprias das relações sociais. Aqueles que participam do momento histórico geral, mas guardam as suas próprias impressões, pois o momento histórico não é apreendido por todos de forma idêntica, cada um, do seu lugar, tem uma apreensão própria desse conjunto de contradições que fica registrada pela memória coletiva. Memória é, portanto, o vivido, o experimentado, o compartilhado.

Para a compreensão da relação entre memória e história, iniciaremos abordando a obra de Maurice Halbwachs, sociólogo durkheimiano que, ao delimitar um objeto memorial específico no campo das ciências sociais, cunhou a expressão *Memória Coletiva*. Halbwachs teve as suas ideias centradas e balizadas nas relações da memória e da sociedade. A sua maior contribuição foi a percepção de que, além do âmbito da mera rememoração, existe a memória como fato social e, ainda, define a memória como sendo uma construção social. Defende que a mesma faz parte de um processo no qual os indivíduos interagem, o processo social, pois entende que as estruturas sociais antecedem o indivíduo. O autor compreende que toda memória é coletiva, uma vez que o indivíduo que lembra, não lembra sozinho, visto que é necessário a presença do outro para confirmar as suas lembranças (HALBWACHS, 2006).

Ele assegura que, mesmo quando parece particular, a memória está relacionada a um grupo, pois o indivíduo está sempre em interação com a sociedade. Por isso, para ele, não existe uma memória coletiva, mas várias memórias coletivas; pois um mesmo indivíduo pertence, ao mesmo tempo, a vários grupos. Esse grupo é um grupo do qual ele faz ou já fez parte e com o qual existe uma identificação.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A memória coletiva é uma memória social, porque o grupo está inserido na sociedade, mas não se confunde com esta. Ela é a memória do grupo de indivíduos que têm algo em comum, se identificam, vivem ou viveram conjuntamente. Enquanto a memória social diz respeito à sociedade como um todo, é composta pelo conjunto de memórias coletivas daquela sociedade.

Halbwachs distingue totalmente história e memória, chegando a afirmar que “a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social”. Para ele, a memória é o que “flutua, o concreto, a vivência, o múltiplo, o sagrado, a imagem, o afeto, o mágico”, enquanto a história seria caracterizada unicamente “por seu caráter exclusivamente crítico, conceitual, problemático e laicizante” (DOSSE, 2012, p. 283).

Os fatos históricos, no entendimento de Halbwachs (2006, p. 73-74) estariam reduzidos a “nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa sequência de detalhes, às vezes uma historinha ou uma citação: é o epitáfio dos fatos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos”. Para ele, “a história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas”.

Basicamente são duas características principais apontadas por Halbwachs para a distinção entre memória coletiva e história. A primeira diz respeito à continuidade: enquanto que a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, não artificial, que retém o passado que ainda está vivo (ou que é capaz de viver) na consciência do grupo; a história seria construída a partir de muitas divisões e cortes temporais artificiais, configurando uma descontinuidade. A segunda característica remete à existência de múltiplas memórias coletivas enquanto a história seria única (HALBWACHS, 2006).

É preciso deixar claro que as ponderações de Halbwachs sobre a relação entre Memória Coletiva e história são elaboradas numa época em que a concepção



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

hegemônica de história se apresentava majoritariamente pela concepção positivista, apesar de já existirem algumas iniciativas de avanço trazidas por alguns historiadores ligados à teoria marxista e à *Escola dos Annales*. É também importante considerar a visão de mundo que ele carregava. De acordo com Barros (2009, p. 48):

A perspectiva de Halbwachs sobre a Historiografia tende ao positivismo, à idéia de uma história universal que remonta ao iluminismo. O universalismo positivista, durkheimiano em Halbwachs, aparece aqui. Mas não é incompatível com a nova tendência que então surgia na historiografia francesa, a da Escola dos Annales.

De acordo com Schimidt e Mahfoud (1993), Halbwachs esteve na Escola de Strasbourg que, entre as décadas de 1920 e 1930, reuniu estudiosos de diferentes origens, posturas intelectuais e idades, com a finalidade de juntos estudarem, pesquisarem e trabalharem buscando uma aproximação entre franceses e alemães. É na Escola de Strasbourg que surgem não só a sociologia historicizada de Halbwachs, mas também a história sociologizada dos seus contemporâneos Lucien Febvre e Marc Bloch. Esta Escola se constituiu num contexto propício para grandes trocas interdisciplinares e grandes debates, é aí onde Halbwachs sofre influências de Bloch e Febvre e também influencia os pioneiros dos *Annales*.

Ainda que tenha sofrido críticas por essa oposição entre história e memória, é incontestável a contribuição de Maurice Halbwachs para o desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas, entre elas, a história que teve o seu horizonte ampliado com a possibilidade de abordar as múltiplas dimensões da memória trazendo à baila elementos silenciados ou esquecidos pela historiografia oficial.

Comungou desse pensamento halbwaquiano o historiador francês da terceira geração dos *Annales*, Pierre Nora, que retomando a discussão de memória coletiva e partindo da oposição entre História e Memória definiu o que ele chamaria de "Lugares de Memória". Isso porque, para ele, na sociedade



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

contemporânea a memória não existe mais devido às mudanças que vêm ocorrendo na relação que essa sociedade estabelece com o passado e com a perda gradativa da tradição (NORA, 1993).

Pautando suas análises a partir da realidade vivida na França, sobretudo, após as crises causadas pelo pós-guerra que trouxe juntamente com os efeitos da globalização, um questionamento a respeito da nação e sua relação com a tradição e por sua vez com a memória, Nora (1993) destaca que o momento presente é um “momento de articulação onde a consciência de ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada”, que apesar do seu esfacelamento, pode encarnar-se num lugar de memória (p. 7).

Essa compreensão de Nora se deve ao fato de que, para ele, a memória verdadeira, social, intocada está apenas nas sociedades primitivas ou arcaicas. Na sociedade contemporânea, o que existe é a memória historicizada, isto é, caracterizada pelos traços da história. Isso porque no mundo moderno, que sofre os efeitos dos fenômenos de mundialização, democratização, massificação e mediação; a sociedade industrial promoveu a desagregação dos grupos portadores de memória, em especial as sociedades camponesas; e conduzindo ao extermínio das “sociedades-memória (todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores) e das ideologias-memórias (todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro)” (Ibidem, p. 8).

Diante disso, o terreno antes ocupado pela memória passa a ser ocupado pela história que se torna atribuidora de sentidos e identidades. E a memória se torna arquivística e passa a delegar ao arquivo a tarefa de lembrar por ela.

Para Pierre Nora, a memória se opõe à história. Ele entende que a memória é vida, pois é carregada por grupos vivos que ela une e de onde ela emerge.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (Ibdem, p.09).

A memória é um fenômeno do presente, atual e que se nutre de todos os tipos de lembrança, enfatiza o autor, enquanto a história é registro, crítica, reflexão, distanciamento e problematização incompleta do que já não existe.

Para Nora (1993), à medida que desaparece a memória tradicional nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos “daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado” (Ibdem, p. 14).

Essa preocupação atual em buscar pelos lugares de memória se justifica pelo medo de perder esses vestígios, insiste Nora. Instituem-se os lugares de memória com a função de lembrar pelo grupo social. Esses lugares nascem onde termina a memória espontânea. O autor ainda alerta que, para garantir a existência dos lugares de memória, é necessário que haja intenção de memória, caso contrário, os lugares de memória serão lugares de história, ou seja, se os lugares de memória não forem utilizados pelos historiadores eles deixarão de ser lugar de memória para ser lugar de história.

É inegável a contribuição de Pierre Nora para as Ciências Sociais, particularmente aos Estudos da Memória, visto que a noção lugares de memória é amplamente apropriada por estudiosos da memória que atuam nas mais diversas especialidades.

Retomando os estudos realizados por Halbwachs e Nora, Jacques Le Goff, defende que a memória é crucial para a história. Le Goff (1996) considera que a memória coletiva é um importante fator na luta das forças sociais pelo poder. E salienta que as classes, os grupos, os indivíduos que dominaram e dominam as sociedades vislumbram mais do que tudo tornarem-se senhores da memória e do esquecimento. Isso porque não só as lembranças, mas também os esquecimentos e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

os silêncios da história são reveladores de mecanismos de manipulação da memória coletiva. São as relações de poder que vão determinar o que será lembrado e o que será esquecido.

Para o autor, a memória coletiva assume importante papel na construção da identidade individual e coletiva. A memória não é só uma conquista, mas instrumento e objeto de poder que pode ser usado tanto para servir como para libertar os homens. Ele destaca o compromisso social dos profissionais científicos da memória a quem cabe fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. Por isso, devem trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação dos homens. Le Goff (1996, p. 477) lembra que: “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Os debates sobre essa relação entre história e memória estão na pauta do dia e se intensificam cada vez mais. Estudos recentes evidenciam a impertinência da oposição entre memória e história. François Dosse (2012, p.286-287) se refere a esse assunto de uma maneira bastante categórica:

O falso dilema da escolha entre o pólo de uma história baseada em seu contrato com a verdade e o de uma memória regrada pela fidelidade transforma-se hoje, quando uma grande transformação historiográfica, numa conjunção alimentada por fidelidades múltiplas expostas à prova da verdade expressa pelos trabalhos de uma nova história social da memória. Ao primeiro movimento, que garante o primado do olhar crítico, do distanciamento, da objetivação e da desmitologização, segue-se um segundo, complementar, sem o qual a história seria puro exotismo, o de uma recuperação do sentido, que visa a apropriação das diversas sedimentações de sentido legadas pelas gerações anteriores, dos possíveis não realizados que se acumulam no passado dos vencidos e dos mudos da história.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Não temos a pretensão, nesse ensaio, de rechaçar qualquer dos aportes trazidos pelos estudiosos aqui apresentados. Todavia, sobre a relação entre história e memória, subscrevemos as ideias desse último, acreditando que a relação entre *memória e história*, fica bem explicitada pela palavra “e” que, como uma conjunção aditiva, trata de ligar essas duas categorias apresentando um sentido de adição, evidenciando assim, uma complementaridade entre elas.

E é a partir dessa relação intrínseca entre História e Memória que pretendemos trilhar o caminho das pistas deixadas pelas diversas fontes orais, documentais, iconográficas, cinematográficas e utilizando os procedimentos metodológicos adequados; pretendemos responder à questão: Como a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em CEFET-Ba se apresenta na memória dos sujeitos envolvidos nesse processo?

Para a consecução desse objetivo a contribuição desses autores é de extrema pertinência. A base teórica conceitual aportada por eles nos ajudará a compreender as formas de construção da memória coletiva do processo de “cefetização” da Escola Técnica Federal da Bahia e conseqüentemente, trazendo à tona uma face ainda desconhecida da história dessa Instituição Escolar. Neste trabalho apresentamos apenas reflexões iniciais, considerando que serão necessárias muitas idas e vindas ao rico referencial trazido pelos diversos estudiosos repetindo tantas vezes quantas sejam necessárias o exercício ora empreendido.

O desafio que se impõe é buscar nesse fenômeno histórico, as múltiplas determinações e mediações que o constituem, procurando apreender os nexos aí presentes com uma totalidade histórica. Evidentemente, para isso, é indispensável o confronto com outros autores, assim como o é, uma reflexão mais apurada acerca de outras categorias que serão movimentadas na pesquisa, bem como a elaboração do seu amplo instrumental teórico.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. *História e memória* : uma relação na confluência entre tempo e espaço. *MOUSEION*, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009. Disponível em:<http://www.unilasalle.edu.br/museu/mouseion/historia_memoria.pdf>
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 5. Ed. Publicações Europa-América, s/d.
- CAMPELLO, Ana Margarida de M. Barreto. *A "cefetização" das Escolas Técnicas Federais: um percurso do ensino médio-técnico ao ensino superior*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, tese de doutorado, 2005.
- CASADEI, Eliza B. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de Memória Coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 108, maio 2010. P. 153-161. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9678/5607>.
- CASTANHO, Sérgio. *Teoria da História e história da educação: por uma história cultural não culturalista*. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.
- DOSSE, François. *A história*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2012
- GONÇALVES, Regina Célia. A história e o oceano da memória: algumas reflexões. *Saeculum – Revista de História*, n 4/5, jan/dez 1998/1999. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11238>>.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et. al.]. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.
- LESSA, José Silva. *CEFET-BA - uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica*. Salvador: CCS/CEFET-BA, 2002.
- LIMA Filho, Domingos Leite. *A reforma da educação profissional no Brasil dos anos noventa*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, tese de doutorado, 2002
- MACHADO, Lucília R. de Sousa. *Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p.7-28, 1993.
- SCHIMIDT, Maria Luisa S. e MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória Coletiva e experiência. *Psicologia USP*, n. 4, 1993, p. 285-298. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1678-51771993000100013&script=sci_arttext.